

APRESENTAÇÃO

Em meados do ano passado, o comitê editorial desta publicação recebeu uma mensagem eletrônica do professor Gilberto Marques, da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará, encaminhando-nos uma carta da coordenação do grupo de trabalho (GT) da SEP *Economia Política da Amazônia*, do qual ele faz parte.

Argumentava-se aí que a Amazônia, que se estende por nove países sul-americanos e ocupa cerca de 60% do território brasileiro, contendo a maior floresta tropical e a maior reserva de biomassa do planeta, além de 38% do total de água doce do globo, tem estado, já há tempos, sob constantes e virulentos ataques (desmatamento para abrir espaço ao agronegócio, violência contra os povos originários, expropriação de sua riqueza mineral através de garimpo ilegal etc.), o que vem intensificando as contradições socioambientais que marcam a região.

Considerando que tal situação não pode ser dissociada da lógica capitalista da acumulação e de suas investidas na captura de recursos naturais e de valor excedente, a coordenação do GT solicitou que este periódico destinasse um número especial ao tema da Economia Política da Amazônia.

Acolhida e aprovada a feliz proposta pela diretoria da SEP, demos início às providências para viabilizar este número especial. Para tanto, atuaram também junto a este comitê, como editores convidados, os professores Giliad de Souza Silva, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e Andrea Simone Rente Leão, do

curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Agradecemos aos dois colegas a pronta disposição em colaborar e seu notável empenho a fim de que tivéssemos um robusto número sobre o tema, tão importante e decisivo, sobretudo em quadra histórica de aguçamento de múltiplas crises, como a que ora vivenciamos.

O resultado desse esforço o leitor encontrará nas páginas seguintes. O presente número, mais extenso que os números usuais da revista, revela a riqueza da pesquisa que se desenvolve, hoje, no âmbito da economia política, sobre a questão amazônica, e quão necessária se faz a continuidade de tais investigações, pelo tanto que elucidam das conexões entre a sanha da acumulação de capital, as incontáveis riquezas e potencial da região e os problemas e conflitos que a devastam.

A par dos artigos que enfocam a vulnerabilidade apresentada hoje pela Amazônia, com destaque para as investidas do agronegócio e do irrefreado extrativismo de grandes blocos de capital, com a participação inclusive de ONGs internacionais, supostamente destinadas a atuar na preservação do meio ambiente (vejam-se as contribuições de Eduardo Sá Barreto, de Gilberto Marques e Gedson Borges e de Laís de Azevedo e Marisa Amaral), e daquele que salienta a construção fetichizada de uma Amazônia funcional à lógica capitalista (veja-se a contribuição de Helena Marroig), há também aqueles que vão à história buscar as raízes de muitos desses processos que redundam em exploração e expropriação, quer de territórios e modos de vida, quer do próprio corpo humano, no caso o feminino (vejam-se, respectivamente, as contribuições de Maurílio Monteiro, Amarildo Mazutti e Regiane Silva, e de Isabelle Neri e Daniel Pereira).

A história também está presente na análise da formação das metrópoles da região, que, apesar do conhecido apelo ecossistêmico, contém igualmente grandes aglomerados urbanos, marcados pelas contradições e desigualdades que caracterizam as demais regiões metropolitanas brasileiras (veja-se a contribuição de Tiago Veloso).

Não por acaso conceitos como o de acumulação primitiva, acumulação por despossessão e superexploração da força de trabalho são mobilizados por boa parte dos artigos já citados, e também por outros, como o que resgata o pensamento sobre o conceito de fronteira, crucial para uma correta leitura da complexidade da região (veja-se a contribuição de Cleidiane Crispim e Sebastião Crispim), e o que guarda lugar, nas lutas emancipatórias, para os ensinamentos dos povos amazônicos na resistência biocultural e na defesa da sociobiodiversidade (veja-se a contribuição de Suenya Santos). Este último conceito, por sinal, relativamente novo, criado no país nos anos 2000, é por si só expressão dos desafios que regiões como a amazônica representam na construção do pensamento crítico sobre elas, por exemplo, quando se busca um conceito de bioeconomia que lhes seja afim (veja-se a contribuição de Adna dos Santos, Victória Avelino, Zilda Gama e Andréa Leão).

Outro tema que perpassa muitos dos artigos aqui publicados e já comentados é o papel da Amazônia no equilíbrio ecossistêmico global, o qual reaparece, seja na defesa da ecologia integral em contramovimentos como os representados pela assim chamada “economia de Francisco” (veja-se a contribuição de Felipe Dias e Gabriel de Barros), seja na necessidade do reconhecimento de que a Amazônia brasileira é um dos principais sustentáculos da transição verde no século XXI, o que requer do país um projeto de autonomia estratégica capaz de direcionar tal potencial para a construção de uma sociedade brasileira mais justa, menos dependente e mais soberana (veja-se a contribuição de Bernardo Rodrigues).

Fecha este número a Carta de Campina Grande, elaborada quando da realização do *XXX Encontro Nacional de Economia Política*, ocorrido na Paraíba, na Universidade Federal de Campina Grande, entre 8 e 11 de julho do corrente ano. Para lembrar o clássico de Furtado, já que se realizava em sua terra, o encontro teve por tema “O mito do desenvolvimento econômico e o agravamento da crise contemporânea em suas múltiplas dimensões”.

A Carta fala assim do caráter multifacetado da crise atualmente experimentada, e dentre essas faces, obviamente, a climática e ambiental, lembrando

a realização no Brasil, em novembro, da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (a famosa COP 30). Aborda também, dentre vários outros temas, o genocídio em Gaza e a necessidade de o Estado brasileiro romper relações diplomáticas e comerciais com o estado de Israel.

A Carta conclui reafirmando que o desenvolvimento econômico é um mito e que é preciso figurar, como imperativos do nosso tempo, o desenvolvimento social, a diversidade de saberes, o respeito aos territórios e aos povos originários, o trabalho digno e o cuidado com o meio ambiente. Nada disso evidentemente é estranho à Economia Política da Amazônia retratada nas tantas páginas desta edição especial. Boa leitura!

Comitê Editorial